



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA SEMACT Nº 002/2025.

Dispõe sobre o Regime de Teletrabalho na
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e
Tecnologia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das
atribuições que lhe confere o artigo 7º do Decreto n.º 64/2021, e de acordo com a Portaria
SEMARH n.º 003/2021;

RESOLVE:

Art. 1.º As atividades dos servidores públicos municipais efetivos lotados na Secretaria
Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia, e Órgãos a ela vinculados, poderão,
excepcionalmente, ser executadas em local diverso das instalações da unidade de trabalho, de
forma remota e com a utilização de recursos da tecnologia de informação e comunicação,
observadas as diretrizes, os termos e condições estabelecidos no Decreto n.º 64/2021 e na
Portaria SEMARH n.º 003/2021.

Art. 2.º A adesão ao Regime de Teletrabalho é facultativa, a critério do Secretário
Municipal Adjunto de Ciência e Tecnologia mediante preenchimento de termo próprio pelo
servidor, desde que em cargo elegível para realização de teletrabalho e cumprimento dos
requisitos expressos no Decreto n.º 64/2021, não constituindo direito subjetivo do servidor.

Art. 3.º O Regime de Teletrabalho é restrito às atribuições de elaboração e
gerenciamento de documentos e dados, procedimentos e processos administrativos, físicos e
eletrônicos, atividades que permitam mensurar, objetivamente, o desempenho.

Art. 4.º Excepcionalmente e em conformidade com as disposições havidas no Decreto
n.º 64/2021, desde que autorizado pelo Secretário Municipal Adjunto de Ciência e Tecnologia
poderá ser utilizado notebook ou outro equipamento de uso individual do Órgão mediante
assinatura de Termo de Responsabilidade.

Art. 5.º A retirada e devolução de Procedimentos Administrativos da sede da
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia e Órgãos a ela vinculados, para subsidiar
as atividades do Regime de Teletrabalho deverá ser formalizada mediante Termo de Retirada e
Devolução de Procedimentos Administrativos.

Art. 6.º São atividades elegíveis à realização do teletrabalho na Secretaria Municipal
Adjunta de Ciência e Tecnologia:

I - elaboração de documentos para encaminhamento de Procedimentos Administrativos, tais
como:

A: Despachos, Ofícios, Memorandos.
B: Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência.

II - elaboração de documentos para publicação e orientação, tais como: Circulares, Manuais,
Resoluções, Padronizações e Instruções Normativas;

III - levantamento de requisitos e análise de sistemas;

IV - instalação, configuração e parametrização de sistemas de informação;

V - criação e manutenção de estruturas de banco de dados;

VI – prototipação de software;

VII – desenvolvimento e codificação de sistemas;

VIII - administração do domínio de rede “Macaé”: criação, manutenção e liberação de acesso;

IX - administração do servidor de arquivos: criação, manutenção e liberação de acesso;

X - administração e criação de e-mails institucionais;

XI - administração dos servidores: sistemas, arquivos, e-mail, domínio;

XII - liberação de acessos aos mais diversos sistemas internos;

XIII – administração do sistema VoIP: manutenção, criação e liberação;

XIV - atendimento técnico remoto de primeiro e segundo nível;

XV - tratamento do e-mail institucional com direcionamento aos setores internos para
cumprimento da demanda;

XVI - outras atividades necessárias ao efetivo exercício das atribuições inerentes às
competências da Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia, estabelecidas na Lei
Complementar nº 309/2019.

Parágrafo Único. A comunicação entre os servidores submetidos ao Regime de
Teletrabalho e à chefia imediata, bem como o registro das atividades desenvolvidas, será
realizada preferencialmente sob a forma eletrônica, obedecendo à necessidade de
comparecimento presencial previsto no Decreto n.º 64/2021 e prefixado pela Chefia imediata.

Art. 8.º São diretrizes para perfis elegíveis ao ingresso no Regime de Teletrabalho:

I – capacidade de organização e autodisciplina;

II – capacidade para cumprimento das atividades nos prazos acordados;

III – pró-atividade na resolução de problemas;

IV – domínio dos recursos de tecnologia de informação e comunicação.

Art. 9.º A meta para o índice de rendimento exigido para as unidades elegíveis ao
Regime de Teletrabalho será a redução de, no mínimo, 20% do tempo de duração das mesmas
atividades realizadas de forma presencial, considerando o seguinte quadro exemplificativo:

Atividades elencadas nos incisos do Art. 6º	Tempo de duração estimado para execução da atividade de forma presencial
I-A, VIII, IX, X, XII, XIV, VII, XV, XVI	2 horas
II, V, VI, XIII	4 horas
III, XI	6 horas
I-B, IV	12 horas

Parágrafo Único. As atividades deverão ser cumpridas dentro do horário de expediente
regular.

Art. 10. As metas para o índice de rendimento serão informadas pela chefia imediata
de cada unidade elegível ao Secretário Municipal Adjunto de Ciência e Tecnologia, ou servidor
por ele designado, mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente à atividade para fins
de registro e monitoramento.

Art. 11. A escala semanal dos servidores sob o Regime de Teletrabalho será cumprida
de acordo com estabelecido no Decreto n.º 64/2021, atentando-se à discricionariedade do
Gestor.

Parágrafo Único - O servidor em Regime de Teletrabalho deverá atender às
convocações para comparecimento nas dependências do Órgão, sempre que houver
necessidade da unidade ou interesse da Administração.

Art. 12. O Secretário Municipal Adjunto de Ciência e Tecnologia pode, mediante aviso
prévio escrito, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, alterar a escala semanal
ou cancelar o Regime de Teletrabalho para um ou mais servidores, segundo a oportunidade e
conveniência da Administração.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário Municipal Adjunto de Ciência
e Tecnologia, ouvida a chefia imediata do servidor.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macaé, 08 de Janeiro de 2025.

Vinicius Pessanha da Silva Araújo
Secretário Municipal Adjunto de Ciência e Tecnologia

PODER LEGISLATIVO



CÂMARA
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Macaé Capital da Energia
Lei Estadual nº 6.081 de 21/11/2011

PORTARIA
009/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Macaé, no uso de suas atribuições legais,
resolve cessar os efeitos da Portaria 009/2021, que se refere à cessão do servidor ALFREDO
TANOS FILHO, matrícula 4491-1, Consultor Jurídico, para atuar junto ao Município de Macaé,
a contar de 01 de janeiro de 2025.

Câmara Municipal de Macaé, 07 de janeiro de 2025.

Alan Mansur Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Macaé



CÂMARA
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Macaé Capital da Energia
Lei Estadual nº 6.081 de 21/11/2011

PORTARIA
011/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Macaé, no uso de suas atribuições legais
e de acordo com a legislação em vigor, resolve:

DESIGNAR:					
DATA	NOME	MATRÍCULA	CARGO	PADRÃO	LOTAÇÃO
01/01/2025	ALFREDO TANO S FILHO	4491-1	PROCURADOR GERAL	DASE	PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL

NOMEAR:					
DATA	NOME	CPF	CARGO	PADRÃO	LOTAÇÃO
01/01/2025	MURILO VIEIRA COURA	123.913.237-94	CONTROLADOR GERAL	DASE	CONTROLADORIA GERAL

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Macaé, 08 de janeiro de 2025.

Alan Mansur Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Macaé